

ter sua bondade por imparcial da sociedade. Disse que o atual governo não mais concedia bolsas de estudo, aggravando a situação, sendo de se registrar a reação dos estudantes, parecendo que a Câmara evitava o clima da Revolução de 1964, no que encerra sua fala. A seguir, ouviu a tribuna em Explicação do Projeto, o Vereador Eduardo Góes, abrindo espaço livre, comentando igualmente que a Câmara mais do que nunca devia refletir o espírito Democrático, pois era a Casa política, onde o debate e a vitória eram consequências naturais da liberdade de opinião. Disse que a Lei Votada pelo Projeto era um instrumento político, como bem sabia o Vereador autor do Projeto, tendo conseguido o seu objetivo maior que era causar a dissidência no Plenário. Disse que entendia o desabafado entre Vereadores brigantes, levados pela emoção do momento, mas que em nome da Casa Legislativa apresentaria desculpas e assistência pelo constrangimento causado, e que não nesse horizonte havia o desejo de punir o vereador que havia feito o exagero por ter o cidadão vindo banido com pedidos de desculpas, e que os fatos não mereciam ser transcritos para a história, no que encerra sua fala. São havendo mais Criminosos para o uso da tribuna em Explicação do Projeto, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ato que depois de lido, submetido o Projeto à Plenária, aprovado, será assinada para que produza efeitos legais.

Ato  
Câmara Municipal de Rio Branco

Ato da Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Rio Branco, realizada no dia (22) vinte e dois de agosto do ano de (2000) dois mil.

Assinado no dia (22) vinte e dois de agosto do ano de (2000) dois mil, sob a presidência do Vereador Eduardo Góes.

Grundade Corrêa e com a outorga da Primeira Secretaria 'ad hoc' pelo Senhor  
do Brz Benedito Antônio Filho, reuniu-se Ordinariamente o Pámano Mu-  
nicipal de São João. Além desses, responderam a chamado Regimento os  
seguintes Vereadores: Acácio Silva da Roeha, Antônio Bezerra de Figueiredo, Antônio  
Pereira de Carvalho Grundade, Eduardo Corrêa Vito, Edson Silveira Bagalhão, Eze-  
quiel Antônio Guimarães Benanger, Fábio dos Santos Mendes, Manoel Gólio-  
mo do Silva Filho, Bolton Roberto Souto de Souza, Osman Campaço da Silva,  
Silas Rodrigues Díntio, Alcides Moura César de Aquino Vito e Ulisses Rondonio.  
Reunido número Regimento, o Senhor Presidente declarou aberto a pri-  
meira Sessão em nome de Deus. O regimento, foi lido e aprovado Ata da Quan-  
ta Sessão Ordinária do Segundo período Legislativo. O regimento, o Senhor  
Presidente após o cumprimento do seu Regimento soltou ao Senhor Primeiro  
Secretário a tutela do Expediente que constou do seguinte: Projeto de indica-  
ção nº 011/2000 de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Vito, assunto: Confer-  
éncia de Lidação Cabofriense ao Brz Antônio Nunes de Oliveira. Indicação  
nº 191/2000 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Díntio, assunto: Solu-  
ção ao Brme Brz Prefeito Municipal a instalação de bairros com luminárias  
nos postos do Rio da Felicidade, no Bairro Jardim Esperança. Indicação  
nº 182/2000 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Díntio, assunto: Soluções  
ao Brme Brz Prefeito Municipal a instalação de bairros com luminárias nos Postos  
do Rio Ezequiel Pinheiro, no Bairro Jardim Esperança. Indicação nº  
184/2000 de autoria do Vereador Bolton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solu-  
ção ao Brme Brz Prefeito Municipal obras de manilhamento, pavimenta-  
ção e iluminação pública para a Rua Sustituto Pará, no Parque Park.  
Suministro a tutela do Presidente, o Senhor Presidente franquiou o enunciado  
aos Vereadores inscritos. Como primeiro Vereador inscrito, outorgou o enunciado  
o Vereador Osman Campaço da Silva, falando inicialmente que sentia  
se um honrado Vereador cidadão, com eleições competentes, e, no con-  
trário de Benedito Municipal, sempre fono prestigioso pelo Executivo,  
que suspeitava suas decisões. Destacou o projeto democrático que reuniu  
na base em seu primeiro mandato, no mandato do então muito jovem  
Vereador Fábio dos Santos Mendes, quando viam reuniões as reuniões pe-  
no salão susitudo as matérias dirigidas as diversas Comissões legi-

cos. Disse que tal atitude tinha se modificado ao longo de outras mandatos e que no presente os comentários não se restringiam com os equívocos se agravando. Disse que o comentário na intrépida para apresentar o texto do Projeto a Lei nº 5112/2000. Sustentou que tinha maioria na base, ate mesmo os Vereadores mais experientes não se dedicavam ao estudo das matérias, e assim, os princípios básicos da Democracia não eram abordados. Disse que acentuava a denota pelo voto consciente, mas não admiteu em absoluto que o voto fosse feito com irresponsabilidade e incompetência. Com relação ao texto, disse que cumprira apenas a Comissão de Constituição e Justiça, relatar que o projeto cumpria com suas prerrogativas e que a mesma estava sendo apreciada nos prazos legais e desobrigatórios. Disse que na atual legislatura testemunhava uma completa degeneração que nada apreendia de útil para o desenvolvimento do trabalho de Vereador, na medida em que o debate não era ricido, não ocorria o embate, a discussão de argumentos. Citou como exemplo de tal situação a rejeição do requerimento do Vereador Jônio dos Santos Ribeiro solicitando informações quanto as ambulâncias, ou seja, informações que eram dividas à população de todo o Rio. Em prosseguinte, disse que tais Vereadores ainda tinham coragem de fazer votos apagando independência, pois não tinham tais atributos, na verdade, viviam atilados as condicioneantes do poder, no que entendeu sua fala. O seguiu, como segundo Vereador inscrito, empurrou a tribuna o Vereador Wilmor Reanturo, falando inicialmente que concordava em parte com os argumentos verificados pelo Vereador Jônio Gama da Silva na questão das Comissões, tendo como origem as eleições iniciais, com constantes efeitos internos para tais composições, mas que poucos Vereadores tinham responsabilidade para tais discussões. Disse um importante observar o acervo de realizações de Vereadores candidatos a reeleição e que por conta as surpresas viam evitá-las de forma desigualável. Com relação aos novos candidatos não bom saber se tais cidadãos compareceriam a Câmara, se sabiam como funcionava o legislativo, pois na realidade eram raras as que compareciam às sessões do Legislativo. Disse da importância de uma Câmara equilibrada, para cumprir seu

papel fiscalizado e assim quanto a questão do maioria apolmassava-  
va, disse que nenhum Prefeito tinha bancado minoritária e os anais da  
Câmara podiam provar suas assertivas, mas ressaltava que a tal  
maioria que massava era tão hipócrita do legislativo quanto ao bru-  
cário, pois supunha as premissas básicas da discussão Democrática.  
Observou ainda, que em outro legislativo, quando não tinha mandato,  
foi defendido a população na justiça quanto o fato de iluminação pública  
sendo o único político do município a ter tal gesto e seu antecessor Zela-  
hou que em 30 de dezembro de 1993, sendo suplente de Vereador, quando  
a Fazenda Municipalizou uma lâmpada de tulipes do então Prefeito José Bonifácio  
no dia 31 do mesmo mês aumentava o aumento, fico o único político de  
Quedas Frio a avançar a justiça para defender os interesses da sociedade.  
Faleu da importância em se constituir uma Câmara e alinha das cri-  
gências da sociedade, não bastando apenas o candidato ser bonzinho  
ou brincalhão. Com relativo ao Tribunal, disse que as pesquisas indicavam  
a reeleição de Alceu Portella como preta, indício de que a vedetização abrange-  
vava a administração do PSD. Disse que na condição de Relator do Veto  
do Tribunal disse que aconselha ao Processo, nomear seu filho de Constitu-  
tucionalidade, cabendo ao Plenário sua Apreciação, mas que não  
aceitava que ele fosse em dúvida sua Responsabilidade e experiência  
no trato das atividades legislativas. Disse que a sequira suas denún-  
cias ao Ministério Público quanto ao Detal de combustíveis em Quedas  
Frio, o que lhe valera ruídos, mas que nunca virá ficar no defe-  
sa do interesse coletivo. Entendendo, disse que não previrava estar  
na Câmara para defender o interesse da sociedade, pois tinha conhecimen-  
to e conseguiu o que muita gente não tinha. Só havendo mais ho-  
dutos inscritos para o uso do tribuna, o Dr. Júlio presidente conduziu  
os trabalhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa, foram Aprovados os  
seguintes matérias: foi encaminhado para a Comissão de Constituição  
e Justiça o Projeto de Resolução nº 03/2000, aprovadas as Indicações  
nºs 181, 182, 184 e 186/2000. Aprovado Parecer favorável da Comissão  
de Constituição e Justiça para o Projeto de Lei nº 027/2000 - R\$ 100 mil  
Aprovado requerimento de Urgência nº 113/2000 para o Projeto de Lei

nº 027/2000 - fl. 8 no 010/2000 para os demais Comissões Técnicas. Suaunciada a Ondem do Rio, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para a Explicação Pessoal. Dispuou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Jair dos Santos Mendes, falando igualmente que diante dos fatos ouvidos na sessão anterior, a casa tinha sua imagem desgastada junto a opinião pública, e assim o Bancada de Oposição oferecera um requerimento conjunto requisitando a fita magnética da elated sessão, tendo como objetivo a avaliação de provocações que pudessem ser adotadas e assim dar a resposta à população. Disse que o eleitor carioca era cumplice com seu devere nas eleições, escolhendo Vereadores e Deputados, e na Câmara dos com exceção do Vereador Domar Gampaio nenhuns candidatos a reeleição, sendo então julgados pelo povoado, como da mesma forma o Projeto. Adianta disse, que no momento em que o povo refletia sobre os candidatos, não podia ser criada uma expectativa de reeleição, pois a comunidade tinha que saber antes do pleito sobre os fatos que haviam ocorrido, no que tiveram sua fala. E seguiu, dispuou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Leopoldo da Rocha, comentando o que considerava palavras soñadas e insinuadas do Vereador do PDT, não aceitando que dois Vereadores jovens, e motivados pelo impulsividade da propria idade, pudessem ter dissídio de forma mais sannada. Adianta, disse que eram dois Vereadores amigos e que sabem, que o objetivo da oposição era através da intriga e da mentira, lançar a dissidência sobre o Plenário. Disse ainda que o já elated Vereador da oposição agora tentava lançar lama sobre o Bancada do Governo, señal de que estavam desesperados com a derrota que se visualizava nos eleições de outubro. Disse que o incidente entre os Vereadores já havia sido sanado com pedido formal de desculpas, e, que o Vereador do PDT no ano de 1991, foi expulso do Plenário pelo Declar o presidente da Casa. Disse que o então jovem Vereador, também motivado pelos arroubos da idade, perturbava a sessão, desconhecendo os limites na opinião. Disse que o presidente da Casa devia continuar trabalhando buscando votos para o Partido, não devendo pedir a expulsões, e, quando a fita não iria para vir intriga a ninguém, pois o Regimento Interno

na elano, havia regularmente cumprido a Presidência técnica da Ita, humos que fuziam o direito, e assim, havia feito a transição na Cela, este sim, devendo ser entregue, mas, fomos a fia, cuja membro denotava uma estimativa da oposição, no que encerrou sua fala. A seguir, ouviu a tribuna em República Federal o Vereador José Antônio Guimaraes Dantas, falando igualmente que Democracia, como já disseram um grande estadista não era regime de incompetentes, e assim, o que se vira na última sessão, não foi fruto de jogo de intrigas da oposição, que se manteve digna, mas sim, o consciencimento provocado por impropérios traídos por dois Vereadores jovens ou não, e que continuam a beneficiar do Governo. Disse que os Vereadores tinham que brilhar例as do que falavam e depois lançavam culpas para a oposição. Disse que a oposição havia protocolado pedido para ter acesso a fia, e assim ao mesmo tempo em que se desculpava com os Vereadores envolvidos, afirmava que a oposição não era se falou e que cumpriu com dignidade seus desiderados, no que encerrou sua fala. A seguir, ouviu-se a tribuna em República Federal, o Vereador Ronaldo Góis da Silva Filho, comentando igualmente sobre matérias em tramitação de extrema importância, dispondo sobre eleições para Diretores de Escolas municipais. Com relação as suas entidades quanto as obras realizadas na Fábrica Municipal, disse que mantinha sua posição, mas durante elano não vir radical o ponto de não reconhecer os acertos da Presidência. Disse que palavras mais contundentes deveriam ser colocadas e criticado do imóvel da Tribuna não mencionando os desdobramentos desejados por outros interesses, não admitindo a desculpa dos seus atos através de Imprensa, pois continuaria sendo responsável e sempre que necessário prestando esclarecimentos que fossem necessários fundo a opinião Pública. Disse do respeito que tinha pelo Presidente do Pesa, lamentando o incidente, tinha projetado uma situação de confronto que não entende mais no do que o espetro da verdade pública, interrompendo o seguir sua fala. A seguir, ouviu a tribuna em República Federal o Vereador Waldir Joaquim de Aguiar Neto, durante seu pronunciamento e seu desapontamento pelo fato sofrido por hui di sua auto.

na concedendo transporte para estudantes Universitários, como era de conhecimento de todo o opinião pública. Dando sobre o assunto, disse que não poderia dizer se seu lembrando o Voto do Líder do Governo, votando contra o Veto do Exmo Senhor Presidente, faltando de todo o mal estar preservado por todos naquela sessão, com termos pouco recomendáveis sendo utilizados da tribuna e de forma alguma tal episódio trouxe a participação da oposição. Adiantou dizer, que a opinião pública exigia uma posição dos senhores Senadores, comentando que também no auge da luta legislativa também já havia ocorrido uns distempores na Casa, ultrapassando limites. Disse que conversava sobre suas situações com o Presidente em seu gabinete, entendendo que o calor da campanha motivava certos atos mais rudes, mas que sobre tudo achava devoção em tomadas, mas que de certa forma, também o fato devia servir de exemplo para todos. Finalizando, disse d'urante registrado mais uma vez o seu desígnio visto a rejeição de sua Lei concedendo transporte gratuito para estudantes universitários. A seguir, ouviu a tribuna em explanação desse, o Vereador Flávio Inácio de Oliveira, observando inicialmente que em outra legislatura, determinado resultado da oposição, ao exercer a Presidência, também recebera críticas contundentes, e assim deveria parecer que o cargo era difícil e sujeito a equívocos e erros em sua administração. Disse que continuava com a consciência tranquila, com relação aos seus atos na Presidência da Câmara. Disse que a oposição estava criando uma situação fantástica com ataque o Poder, pois tinham conhecimento, pois eram Vereadores com experiência que o pedido protocolado não era ilegal, e, o Ata do Sessão nos termos nele mencionados sublimava os Anais da Casa, e era o documento maior. Disse que tais fatos não resultado de manobras da oposição, pois já sabiam da denúncia nas Univas falou também do candidato a Vice Prefeito no PDT, que a época, quando Vereador foi membro da Comissão Parlamentar visando cassar o mandato do então Prefeito José Bonifácio e que dava bem uma idéia do que se passava no PDT. Disse que todos os seus atos haviam sido fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado, o que era uma prova, e que assim via na resposta para os que acusavam, no que encerrou sua fala. E seguir, ouviu a tribuna em

Evidenciação Pessoal, o Vereador Belton Roberto Pereira de Souza, relatando  
inicialmente sobre a posição do Lider do Gabinete, quando compareceu a  
Sessão na Sessão anterior, o que era do conhecimento de todos. Disse que  
compareceu a Sessão Diretoria deferiu o pedido quanto a fala daquela Sessão, na  
medida em que o incidente como afirmava tinha a consciência tranquila.  
Disse que a opinião pública acompanhava os ares do Ramon e que o jul-  
gamento ocorreria nas discussões de outubro, no que encerrou sua fala.  
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente  
Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro  
de dez minutos. E, para constar, mundo que se levantou a presente  
Sessão, que depois de tudo, submetida a Apresentação Remarcada, Aprovada,  
sem arrependimento para que produzisse seus efeitos legais.

Assinatura

Ato da Primeira Sessão Extraordiná-  
ria do Segundo Período Legislativo  
da Câmara Municipal de São Luís  
realizada no dia (22) vinte e dois de  
agosto do ano de dois mil.

As vinte horas do dia (22) vinte e dois  
de agosto do ano de dois mil, sob o Presidência do Vereador Raimundo  
Brandão Penna, com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Se-  
nhor Edvaldo Penna Lira, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara  
Municipal de São Luís. Olim desse, respondiam a chamado regimental  
os seguintes Vereadores: Bap. Silva da Rocha, Antônio Lemos de Carvalho  
Brandão, Briz, Benedito Gonçalo Filho, Edson Silva Paes Galháes, Jo-  
aquim Antônio Guimarães Gonçalves, Júnio dos Santos Brandão, Arnal  
José da Silva Filho, Milton Roberto Pereira de Souza, Osman Lam-  
pau da Silva, Illes Rodrigues Zerb, Waldemar Barbosa de Oliveira  
Nito e Wilman Monteiro. Fazendo número regimental, o Senhor Pre-  
sidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O regis-